

Conteúdos procedimentais: o “saber fazer” a luz da recomposição da aprendizagem de Mato Grosso do Sul

Fernando Akiito Moltocar¹
Sonner Arfux de Figueiredo²

Resumo: A finalidade deste artigo é analisar o “saber fazer” como conteúdo procedimental de ensino/aprendizagem de modo a descrever um conjunto de ações ordenadas e com finalidade para a realização de objetivos educacionais. Trazemos parte de uma dissertação do Programa de Mestrado em Educação Científica e Matemática da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – PROFECM - desenvolvida na cidade de Dourados-MS utilizando como referencial teórico os trabalhos de Zabala; neste recorte propomos analisar o Plano de Recomposição da Aprendizagem - PRA - diante da disciplina de Recomposição da Aprendizagem de Matemática (RA-MAT) a partir do documento orientativo apontado pela Secretaria do Estado de Mato Grosso do Sul - SED/MS - cujo resultado buscamos apontar que a resolução, as finalidades, os propósitos gerais ou as intenções educacionais constituem o ponto de partida primordial que determina, ampara nossa investigação e dá sentido à intervenção pedagógica.

Palavras-chave: Plano de Recomposição. Intervenção Pedagógica. Documento Orientativo. Intenções Educacionais. Conteúdo Procedimental.

Procedural content: “know how” in the light of the recomposition of Mato Grosso do Sul learning

Abstract: The purpose of this article is to analyze “know-how” as procedural content of teaching/learning in order to analyze a set of ordered actions with a purpose for achieving educational objectives. We present part of a dissertation from the Master's Program in Science and Mathematics Education at the State University of Mato Grosso do Sul - PROFECM, developed in the city of Dourados-MS, using Zabala's work as a theoretical framework. In this excerpt, we propose to analyze the Learning Recomposition Plan - PRA in relation to the discipline of Mathematics Learning Recomposition (RA-MAT) based on the guiding document indicated by the Secretariat of the State of Mato Grosso do Sul - SED/MS - whose result we seek to indicate that from the resolution, the purposes, general purposes or educational intentions constitute the primary starting point that determines, supports our investigation and gives meaning to the pedagogical intervention.

Keywords: Essential Skills. Pedagogical Intervention. Teaching Mathematics. Competencies. Content.

Contenidos procedimentales: “saber hacer” a la luz de la recomposición del aprendizaje del Mato Grosso do Sul

Resumen: El propósito de este artículo es analizar el “saber hacer” como contenido procedimental de enseñanza/aprendizaje con el fin de analizar un conjunto de acciones ordenadas encaminadas a la consecución de objetivos educativos. Traemos parte de una disertación del Programa de Maestría en Educación Científica y Matemática de la Universidad Estatal de Mato Grosso do Sul - PROFECM desarrollada en la ciudad de Dourados-MS utilizando los trabajos de Zabala como referencia teórica. Plan de Recomposición del Aprendizaje - PRA en vista de la materia de Recomposición del Aprendizaje de Matemáticas (RA-MAT) con base en el documento orientador señalado por la Secretaría de Estado de Mato Grosso do Sul - SED/MS - cuyo resultado pretendemos señalar que a partir de la resolución, los propósitos, los propósitos generales o las intenciones educativas constituyen el punto de partida primario que determina, sustenta nuestra investigación y da sentido a la intervención pedagógica.

¹ Mestrando. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, Mato Grosso do Sul - Brasil. Endereço e-mail: moltocar.cre11@gmail.com - Orcid <https://orcid.org/0000-0002-7586-794X1>.

² Doutor em Educação Matemática. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Dourados, Mato Grosso do Sul – Brasil. Endereço e-mail: sarfux@gmail.com - Orcid <https://orcid.org/0000-0001-5583-5804>.

Palabras clave: Habilidades Esenciales. Intervención Pedagógica. Enseñanza de las Matemáticas. Habilidades. Contenido.

1 Introdução

Após o período pandêmico, todas as secretarias de educação dos 26 Estados e do Distrito Federal implementaram planos para a retomada do conhecimento e ainda a recuperação da aprendizagem. O Estado de Mato Grosso do Sul (MS) propôs o Plano de Recomposição de Aprendizagem - PRA³ - sendo um tema de grande repercussão nacional. A crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19 provocou a maior interrupção educacional já testemunhada no mundo.

No ano de 2020, o fechamento de escolas impactou mais de 5 milhões de estudantes somente no Brasil (Banco Mundial, 2021). Tendo em vista o Plano de Recomposição da Aprendizagem do MS, que *é uma proposta de intervenção pedagógica* que sugere, na perspectiva da atuação do profissional da educação, que se inicia com uma situação-problema, tal proposta exige uma ação cujo escopo é sanar problemas de aprendizado em virtude da restrição de acesso à educação presencial durante a pandemia.

Para isso, é necessário examinar o Plano de Recomposição da Aprendizagem de Mato Grosso do Sul - PRA/MS, originária deste cenário, em toda a sua complexidade e uma vez que seu alcance seja compreendido, é possível, a partir de uma postura crítica reflexiva do professor que atua na disciplina de RA⁴, elaborar Planos de Ação e ciclos de intervenção de modo a buscar a consolidação de habilidades inegociáveis para a trajetória do estudante.

Dentro deste estudo, a visão de personalização faz o papel do professor ser centrada na mediação e na intervenção garantindo o correto sequenciamento das ações de busca das informações, seleção e compreensão que permitem a aquisição do conhecimento e o incentivo à aprendizagem autônoma proposta por Zabala (1998, 1999). Por essa razão, nossa pesquisa vinculada à dissertação do Programa de Mestrado em Educação Científica e Matemática da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – PROFECM, buscando averiguar o processo de ensino/aprendizagem resultante da proposta pedagógica da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul - REE/MS com o retorno às aulas presenciais a partir de 2022.

Nesta ótica, um grau de importância que é outorgado ao papel da teoria é tão

³ A sigla PRA será utilizada para se referir ao Plano de Recomposição da Aprendizagem - Resolução/SED n. 4.026, de 2 de maio de 2022.

⁴ A sigla RA será utilizada para se referir à disciplina de Recomposição da Aprendizagem - Resolução/SED n. 4.113, de 13 de dezembro de 2022.

significativo que podemos aprofundar nosso estudo de intervenção pedagógica com foco na disciplina de Recomposição da Aprendizagem (RA) proveniente do Plano de Recomposição da Aprendizagem (PRA) instituído por meio da Resolução/SED n. 4.026, de 2 de maio de 2022.

No que se refere à disciplina Recomposição da Aprendizagem de Matemática RA-MAT, esta foi inicialmente instituída apenas nos anos finais do Ensino Fundamental, nas escolas da zona urbana, no componente de Matemática da rede estadual de ensino, delimitação de nosso estudo. Apenas no ano de 2024 a proposta se expandiu atendendo a todas as escolas rurais e indígenas, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A partir do exposto, neste artigo propomos analisar o “saber fazer” como conteúdo procedimental de ensino/aprendizagem de modo a descrever um conjunto de ações ordenadas e com finalidade para a realização de objetivos educacionais; para isto, o olhar para o fazer pedagógico do professor aventado no PRA no que tange ao ensino, a sua finalidade, sua implementação/execução, sua estratégia pedagógica para retomada do estudo, sua compreensão sobre a consolidação de habilidades é fundamental para observar como o plano busca reduzir as desigualdades de aprendizagem a partir da própria resolução.

2 Morfologia

A morfologia tem um papel muito importante neste estudo, uma vez que aparecem termos durante a revisão bibliográfica que podem levar a uma compreensão equivocada do documento/plano estudado.

O plano de Recomposição da Aprendizagem-PRA possui uma ideia central que nos conduziu a uma pesquisa mais cuidadosa disposta em seu artigo:

Art. 2º O Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS), a ser executado pela Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), por intermédio das escolas da Rede Estadual de Ensino, tem por finalidade implementar, no ano letivo de 2022, estratégias de *intervenção* na aprendizagem e de consolidação de *habilidades* consideradas relevantes e inegociáveis para a *vida e trajetória escolar* do estudante, com vistas à *redução das desigualdades* de aprendizagem entre os estudantes da rede estadual de ensino (Mato Grosso do Sul, 2022, p.11, destaque nosso).

Para compreendermos a proposta do PRA precisamos compreender seus elementos. Sendo assim, definimos *intervenção* conforme os pressupostos de Damiani (2012, p. 2) ao destacar que são “[...] práticas de ensino inovadoras [que] são planejadas, implementadas e avaliadas em seu propósito de maximizar as aprendizagens dos alunos que delas participam”, pois esta autora interpreta a proposta de intervenção dentro do pensamento na qual a resolução

propõe.

Ao olharmos o termo *habilidade* precisamos compreender que habilidade não é sinônimo de competência, desta forma faz-se necessário definirmos bem estes termos utilizados.

Competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As *habilidades decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do ‘saber fazer’*. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências (INEP, 1999, p.7, destaque nosso).

As competências são aquelas citadas na BNCC como, por exemplo, as competências gerais que são 10 (dez) e as competências específicas para o ensino de Matemática que são 8 (oito). As habilidades são aquelas que vêm descritas com o código alfanumérico e variam sua quantidade segundo o ano escolar e com as unidades temáticas.

A BNCC apresenta a definição de competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2017, p. 8).

As competências e habilidades do currículo norteiam toda a prática pedagógica buscando garantir os princípios da igualdade e da equidade constantes das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica – LDB (Lei 9394/96).

No próprio documento que institui o PRA consta que uma das incumbências da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul - SED/MS - é disponibilizar a matriz de habilidades essenciais, conforme o artigo 8º, inciso primeiro:

Art. 8º A Secretaria de Estado de Educação (SED/MS), no âmbito do PRA-MS, disponibilizará: I - *Matriz de Habilidades Essenciais* de cada área do conhecimento para as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com foco na equidade educacional e na *recomposição das aprendizagens* (Mato Grosso do Sul, 2022, p.13, destaque nosso).

Esta matriz disponibilizada durante o percurso do plano no que tange à disciplina de Matemática possuía um foco a partir de um tema contemporâneo na Educação Financeira e era uma proposta dentro da disciplina de Pesquisa e Autoria, no Ensino Fundamental II (anos finais da Educação Básica); porém, dividia seu “espaço” com a Recomposição da Aprendizagem. Ao inserir o componente curricular na matriz curricular a disciplina de RA ganhou seu tempo,

professor, turma e carga horária. No ano de 2023 a RA-MAT teve sua mudança, não sendo mais “presa” ao tema contemporâneo. Isso corrobora com o olhar de que a Secretaria de Estado de Educação precisou rever as habilidades em um conceito chamado de Habilidades Essenciais.

Foucault (1977) e Lopes (2006) reafirmam a existência de conhecimentos e habilidades considerados essenciais que, alinhadas ao nosso objeto de estudo como dispositivos de subjetivação, cada estudante brasileiro deve aprender, a cada etapa da Educação Básica, para se desenvolver como pessoa.

Não é possível esperarmos que nosso aluno chegue ao Ensino Médio para iniciarmos componentes curriculares essenciais para o desenvolvimento de sua percepção de mundo. É preciso que a escola proporcione a ele instrumentos de conhecimento que lhe possibilitem uma reflexão sobre as constantes mudanças sociais e o prepare para o exercício pleno da cidadania. Nesse sentido, D’Ambrósio (1996, p. 87) nos aponta que “a educação para cidadania, que é um dos grandes objetivos da educação de hoje, exige uma ‘apreciação’ do conhecimento moderno, impregnado de ciência e tecnologia”. O que vai ao encontro do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular (MBNCC, 2015, p. 02) ao dizer que representa “[...] o conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que cada estudante brasileiro deve aprender a cada etapa da Educação Básica para poder se desenvolver como pessoa, se preparar para o exercício da cidadania e se qualificar para o trabalho”; se firma como um dispositivo muito importante, no sentido de estabelecer que conhecimentos e habilidades são considerados essenciais.

Como podemos observar, o Plano de Recomposição da Aprendizagem, traz a palavra “vida”, “trajetória escolar” e “redução das desigualdades”. Estes termos demonstram um compromisso muito importante com a educação pública compreendendo o papel da educação dentro da função social do ensino, na visão de Zabala (1998), como fundamental na formação humana das novas gerações porque “a educação escolar precisa, cada vez mais, ajudar a todos a aprender de forma mais integral, humana, afetiva e ética integrando o individual e social, os diversos ritmos, métodos, tecnologias para construir cidadãos plenos em todas as dimensões” (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 28).

Esta questão de Cidadão pleno em suas dimensões é destaque no Parâmetro Curricular Nacional (PCN), documento orientador que tem por “objetivo auxiliar o professor na execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade” (Brasil, 1997).

3 Metodologia

Esta pesquisa é parte de uma dissertação do Programa de Mestrado em Educação Científica e Matemática da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul na cidade de Dourados-MS, na análise documental relativa ao Plano de Recomposição da Aprendizagem.

Neste estudo foi examinado o PRA, conseqüentemente da disciplina de RA, instituída no anexo I da resolução/SED n. 4.113, de 13 de dezembro de 2022 o qual define o plano como uma estratégia de intervenção pedagógica em sua resolução e institui o PRA/MS, tendo como foco os conteúdos procedimentais à luz do conhecimento de Zabala (1999). Este estudo foi composto por etapas de seleção do material, avaliação crítica, análise e interpretação finalizando com uma síntese embasada no referencial teórico selecionado.

Foi realizada uma revisão bibliográfica com base na tipologia do PRA, uma vez que a proposta instituída em MS é de caráter singular e não encontramos, em outras pesquisas, artigos nestes moldes. Porém, realizamos uma nova revisão bibliográfica para definir e aproximar nosso estudo de alguns termos usados para que essas “palavras” ou substantivos empregados estivessem consoantes à idealização proposta no PRA e em consonância com a concepção de Zabala (1999).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (Minayo, 2003, p.21-22).

4 O “saber fazer” da Recomposição da Aprendizagem

A pesquisa ao qual se insere este artigo se consubstancia em apontar uma proposta metodológica para o ensino na componente curricular de RA; assim, ao discutirmos o “saber fazer” como conteúdo procedimental de ensino/aprendizagem de modo a descrever um conjunto de ações ordenadas e com finalidade para a realização de objetivos educacionais, trazemos Zabala (1998) que afirma que conceber determinado conhecimento é necessário levantar algumas questões para designar os tipos de reflexões, como: “O que se deve saber?”, “O que se deve saber fazer?”, “Como se deve ser?” sendo estes elementos indagadores que possibilitam uma maior apreensão e esquematização dos conteúdos.

À resposta à pergunta “por que ensinar?” devemos acrescentar a resposta a “o que ensinamos?”, como uma questão mais acessível neste âmbito concreto de

intervenção. Os conteúdos de aprendizagem são o termo genérico que define esta pergunta, mas convém refletir e fazer alguns comentários a respeito (Zabala, 1998, p. 38).

Ao Zabala afirmar que os “conteúdos” buscam expressar aquilo que deve se aprender, não somente em relação aos nomes, fatos, processos, conceitos, princípios, enunciados e teoremas, mas também “todos aqueles [matérias] que possibilitem o desenvolvimento das capacidades motoras, afetivas, de relação interpessoal e de inserção social” podemos refletir sobre a disciplina de RA e fazer uma análise nesta temática.

No estudo morfológico das principais palavras nos pautamos em Damiani (2012) a respeito de intervenção pedagógica; Foucault (1977) e Lopes (2006) sobre conceito de competências e habilidades, amparadas também pela definição da BNCC; D’Ambrósio (1996) que nos ampara na compreensão da educação para a cidadania, que vai de encontro ao que preceitua o PCN (1997) no desenvolvimento pleno do cidadão; e, por fim, Zabala (1998), na formação integral da pessoa. Poderemos trazer uma definição sempre que o termo empregado possa ter outras interpretações.

As formas de classificar, segundo Zabala (1999), os tópicos de estudos utilizados e adotadas pelos currículos oficiais, inclusive de Mato Grosso do Sul, estabelecem uma distribuição em três grandes grupos: os conteúdos conceituais, os procedimentais e os atitudinais. Assim, haverá conteúdos que é preciso “saber” (conceituais), conteúdos que é preciso “saber fazer” (procedimentais) e conteúdos que admitem “ser” (atitudinais).

Vale ressaltar que centramos nossa atenção, neste estudo, naqueles assuntos de noviciado ligados aos “saber fazer”, relacionados aos tópicos procedimentais. Nesta perspectiva da proposta didática sobre RA à definição de alguns conceitos ligados à nossa temática foi necessário responder e entender os conteúdos procedimentais.

Mas antes seria conveniente deixar claro que, pelo fato de que analisamos especificamente determinados tipos de conteúdo e examinamos como são aprendidos, *com a finalidade de estabelecer referencias ou critérios pela elaboração de propostas de ensino/aprendizagem*, não significa de maneira alguma que proponhamos entre outras razões, porque seria impossível-*estratégias didáticas ou atividades de ensino nas quais se considere que os conteúdos procedimentais são apreendidos ou podem ser aprendidos de uma maneira significativa*, desvinculados dos conteúdos conceituais e atitudinais (Zabala, 1999, p. 8, grifo nosso).

Para tanto, Zabala (1999) pondera duas razões que impedem de estabelecer propostas compartimentadas sendo uma delas a sua argumentação. O autor cita sobre a relação significativa da aprendizagem, “queremos que o que se aprende tenha sentido para o aprendiz”

e a outra razão é dada por constatação, “quando aprendemos qualquer coisa, ela sempre tem componentes conceituais, procedimentais e atitudinais”.

É importante deixar claro que, na escolha dos conteúdos a serem trabalhados, é preciso considerá-los numa perspectiva ampla, que leve em conta o papel, não somente dos conteúdos de natureza conceitual – que tem sido tradicionalmente predominante – mas também dos de natureza procedimental e atitudinal (Brasil, 1998, p. 75).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais reafirmam a ideia de não poder compartimentar as questões. O Documento Orientativo organiza a RA assim:

A recomposição das aprendizagens trata-se de reorganizar as aprendizagens e repensar o modo de ensinar e aprender. Isso quer dizer que precisamos ter um novo olhar para o processo de ensino e de aprendizagem e atenção às condições cognitivas e socioemocionais dos estudantes (Mato grosso do Sul, 2023, p.8, grifo nosso).

Destacamos que nesta referência do Estado de MS o uso do termo recomposição para identificar o movimento que foi necessário hoje, com o retorno das aulas presenciais pós-pandemia de Covid-19, não se confunde com a recuperação ou o reforço escolar, mas sim que se trata de uma estratégia totalmente diferente diante das novas demandas da Educação.

Neste sentido, é importante não confundir estes termos. A Secretaria de Estado de Educação (2023), ao mencionar em seu documento oficial a recuperação escolar, se refere a um processo de retomada de aprendizagens que, em alguns momentos, foram efetivamente trabalhadas, mas, por algum motivo, não consolidadas pelo estudante.

Contudo, no período surgiu uma nova exigência educacional jamais vivenciada antes, especialmente decorrente da suspensão das atividades escolares presenciais, o retorno escalonado e, gradualmente, o retorno regular e de todos os estudantes à escola. Isto concernente a uma série de variáveis e circunstâncias, especialmente sociais, econômicas e sanitárias. Assim, diante da suspensão das atividades presenciais até o retorno “normal” das aulas diversos fatores contribuíram e impediram que estudantes conseguissem consolidar suas aprendizagens.

Portanto, neste momento, a secretaria de Estado de Educação elaborou normativas e orientações, lotação de professores, criou um componente integrante da matriz curricular buscando ir muito além da recuperação ou de projetos de aceleração já existentes, procurando recompor lacunas de aprendizagem.

O Plano de Recomposição das Aprendizagens se trata de um *conjunto de*

estratégias que têm como objetivo o desenvolvimento de habilidades essenciais, isto é, de conhecimentos inegociáveis que possibilitem que o estudante avance e siga sua trajetória escolar com sucesso (Secretaria de Estado de Educação, 2023, p.8).

O documento acima a que nos referimos, elaborado pela SED, possui três grandes premissas: a avaliação, a estratégia e o acolhimento. Sendo assim, a compreensão da avaliação como:

Um processo dinâmico exige integração entre os diferentes contextos e situações que se apresentam no cenário da educação. Assim, para que o processo de avaliação seja completo, é preciso considerar os ambientes externos e internos, riscos e oportunidades, analisando todos os aspectos com rigor (Mato Grosso do Sul, 2019, p.53).

Entre diversas formas de se identificar o conhecimento, na avaliação do tipo diagnóstica é possível identificar aprendizagens prévias dos estudantes possibilitando estratégias necessárias de planejamento e atender à consolidação das capacidades de aprendizagem dos estudantes. Além disso, por meio das avaliações formativas pode-se acompanhar os resultados das ações de recomposição ao longo dos ciclos de implementação.

Através da avaliação, a compreensão inicial do professor sobre o problema se transforma. Portanto, a decisão de adotar uma estratégia de mudança precede o desenvolvimento da compreensão. *A ação inicia a reflexão* (Zabala, 1998, p19, grifo nosso).

O planejamento e a avaliação dos processos educacionais são uma parte indissociável do fazer pedagógico do professor, já que o que acontece nas aulas, a própria estratégia pedagógica, não poderá ser entendida sem uma análise crítica das intenções, as previsões, as expectativas e a avaliação dos resultados.

Quanto às estratégias, a recomposição em seu plano traz, após seu segundo artigo, um parágrafo único citando sua primeira estratégia conjunta, incumbindo todas as escolas da Rede Estadual de Ensino de inserir em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) integrando propósitos, diretrizes e ações para a recomposição das aprendizagens.

O próprio documento orientativo é uma estratégia que considera, entre elas: a busca ativa escolar, a adaptação curricular, adaptação do tempo de instrução, materiais de apoio, formação específica para os atores envolvidos e acompanhamento das ações. A este conjunto de ações podemos chamar de Plano de Ação da escola e um Plano de Ação do Estado, uma vez que a escola tem seu papel e o estado garante a implementação dessas estratégias por meio de dispositivos legais e aporte financeiro. O estado garante a contratação de profissional, a criação

da disciplina própria, o cumprimento dentro do calendário escolar e produz materiais que possibilitem o ensino/aprendizagem⁵ dos estudantes.

Como parte integrante das três grandes premissas, o acolhimento foi algo a ser considerado, uma vez que todos os estudantes da rede de MS estavam voltando às aulas presenciais após um longo período de isolamento social.

[...] além de pensar no planejamento pedagógico, é preciso olhar para o bem-estar dos estudantes e professores. O acolhimento envolve engajar os estudantes, fornecendo um ambiente de escuta e segurança, como também tranquilizar os professores, para que não se sintam sozinhos para dar conta do desafio da recomposição (Secretaria de Estado de Educação, 2023, p.8).

Mesmo hoje, não tendo grande atenção, o acolhimento é algo muito importante em um contexto cumprindo, atualmente, uma função social do ensino.

Consideradas essas questões, o professor e a escola têm a oportunidade de refletir sobre as ações, planejamentos e estratégias da sua interposição pedagógica para recompor a aprendizagem dos seus estudantes e conseguir consolidar as habilidades. Neste sentido, o documento orientativo prevê cinco passos em sua proposta: 1) Avaliação diagnóstica, 2) Identificação desses conhecimentos, 3) Planejamento, 4) priorização e 5) Avaliação Formativa. Todo esse processo é chamado de ciclo de intervenção pedagógica.

Neste ciclo, basicamente uma não tem sentido sem a outra, pois se olharmos com atenção a Avaliação Formativa vem para analisar se os conhecimentos foram supridos; a Priorização vem para limitar o número de competências a serem recuperadas sem a necessidade de trabalhar todas elas, o Planejamento visa priorizar práticas visando como, por exemplo, sua unidade temática, a identificação destas habilidades só será possível em uma Avaliação diagnóstica. Dentro deste ciclo podemos compreender da seguinte forma: a) diagnóstico, b) Desenvolvimento e c) Resultado.

A realidade educacional e social também requer reflexões por parte dos professores, para avaliar a criança, o adolescente e o jovem, a si mesmo, a própria avaliação, os erros e sucessos, assim, *realizar as devidas interferências*, com base nos resultados obtidos. Dessa forma, *considerando os ritmos de aprendizagem de cada estudante*, oportunizar-se-á a descoberta de melhores soluções, com avaliação mediadora e sucesso no desempenho (Mato Grosso do Sul, 2019, p111, destaque nosso).

Neste conjunto, caberá ao professor uma postura reflexiva de todo o processo que se

⁵ O termo ensino/aprendizagem escrito e compreendido desta forma compõe o mesmo formato e definição propostos por Zabala (1999). Autor este que compõe nossa análise da temática na dissertação.

ampara e conduz ao seu ciclo de ações pedagógicas e ao plano de ação do qual faz parte. Reflexão por parte do ensino/aprendizagem, do compromisso do professor com a realidade educacional na sua capacidade de uso, a competência na ação, o “saber fazer”.

5 A função social do Ensino à luz do PRA

Muito embora nosso foco seja o “pedagógico”, a função social do ensino está inserida no PRA de forma muito importante ao se referir: “inegociáveis para a vida e trajetória escolar do estudante”, intrinsecamente ligados aos fundamentos curriculares de Mato Grosso do Sul, amparada pela Resolução n. 04, do Conselho Nacional de Educação, de 13 de junho de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica que dispõe no:

Art. 4º As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os educandos de um ensino ministrado de acordo com os princípios de: *I - igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola [...]* (destaque nosso).

Ainda, sobre a Resolução n. 04, artigo 9º, destaca-se que a escola de qualidade social adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento aos seguintes requisitos: “[...] II - consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”(Brasil, 2010, p.22).

A educação é de caráter inegociável, parte intrínseca da vida e nesta trajetória é necessário: igualdade, inclusão, permanência e sucesso. O “fazer pedagógico” e o “fazer social” estão intrinsecamente ligados ao “saber fazer”. A igualdade é tratada por meio da criação da disciplina, pois se fosse projeto nem todos poderiam ou teriam acesso de outra forma. A inclusão segue pelo mesmo motivo; a disciplina não é para um grupo ou determinado número de alunos, é para todos, e todos cursam na mesma hora, no mesmo local e com o mesmo professor, disposta nas 345 escolas estaduais e todos passaram pelo isolamento social. Todos tiverem percas na aprendizagem, logo, todos precisam recompor. A permanência está sob a ótica da recomposição das aprendizagens uma vez que possibilita ao aluno as mesmas condições educacionais dos demais. Muitas vezes, alunos desistem de estudar devido à falta de compreensão de determinadas proposições, porém, se observamos, a RA é focada na trajetória escolar, por isso são inegociáveis para a vida. Sendo assim, garantido a educação do aluno, ele terá maiores condições de sucesso em sua trajetória escolar e na vida promovendo a formação integral do estudante.

6 Considerações finais

Ao propormos uma análise da intervenção pedagógica, proposta pela SED/MS ao instituir a resolução do PRA e inserir a componente curricular da disciplina de RA à luz de Zabala (1998, 1999) em como trabalhar conteúdos procedimentais para total compreensão da temática e em consonância com nosso referencial teórico foi necessário definir: intervenção, habilidade, competência, matéria, avaliação e estratégia (implícita no texto). Esses são os elementos constituintes que conduzem ao que podemos chamar de “saber fazer” chamados de conteúdos procedimentais. A intenção de nosso estudo se centrou neste conceito que inclui, entre outras coisas, as regras, as técnicas, os métodos, as práticas, estratégias, os procedimentos sendo um conjunto de ações ordenadas e com finalidade, quer dizer, dirigidas à realização do desígnio do professor; é a consolidação das habilidades, da escola garantir a trajetória escolar do estudante; para o estado, preparar para a vida, para o social, reduzir as desigualdades e, para o mundo o pleno desenvolvimento.

A Recomposição da Aprendizagem tem um papel muito importante na garantia da educação e da permanência do estudante. Muito embora não seja o foco de nosso estudo, é importante lembrar que o retorno às aulas presenciais revisita uma série de problemas educacionais e socioemocionais que, muito embora já existiam, foram potencializados com o isolamento social. Ao refletirmos sobre todo o contexto apresentado neste estudo podemos pensar em responder: por que ensinar? Para que o aluno desenvolva ao máximo as suas potencialidades. A luz do PRA, para garantir a trajetória do estudante. O que ensinamos? Habilidades, consideradas inegociáveis para a sua trajetória escolar, portanto essenciais.

Este estudo ainda possibilitou analisar processos de ensino/aprendizagem que têm seguido uma coerente interpretação destes conteúdos procedimentais levando à conclusão de que é necessária uma gestão da escola centrada nos processos (Plano de Ação) de ensino/aprendizagem (Ciclo de Intervenção) de todos e cada um dos alunos (Acolhimento/papel social); o que requer, portanto, uma organização comprometida a partir das necessidades pedagógicas e metodológicas; ou seja, uma organização cujas decisões sobre a forma de ensinar e a identificação dos motivos de aprendizagem possam ser inferidas a partir das medidas organizacionais propostas.

No que tange ao conjunto de ações ordenadas conforme o documento orientativo que prevê cinco passos em sua proposta, são eles: 1) Avaliação diagnóstica, 2) Identificação de habilidades, 3) Planejamento, 4) Priorização e 5) Avaliação Formativa, os quais definimos de Ciclo de Intervenção Pedagógica. Neste sentido, podemos mostrar, neste estudo, a compreensão

concisa em três fases: a) Diagnóstico, b) Desenvolvimento e c) Resultado. Nosso estudo possibilitou uma oportunidade de reflexão do processo ensino/aprendizagem frente à Recomposição da Aprendizagem RA diante do “saber fazer” para a realização dos objetivos educacionais postos a partir da resolução.

Corroborando com nossa análise, Zabala (1999) nos levou a uma conclusão que é evidente: o ensino tem que ajudar a estabelecer tantos vínculos essenciais e não arbitrários entre os novos currículos e os conhecimentos prévios quanto permita a situação. Ainda nos proporcionou os instrumentos que nos permitiram analisar a estratégia pedagógica conhecida como PRA possibilitando trabalhar conteúdos procedimentais em sala de aula, uma atuação profissional baseada no pensamento prático, mas com capacidade reflexiva, como resultado de um conhecimento mais profundo das variáveis que intervêm e do papel que cada um tem no processo de ensino/aprendizagem de MS, frente ao “Saber fazer” na Recomposição da Aprendizagem.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Os Custos e a Resposta ao Impacto da Pandemia de COVID-19 no Setor de Educação na América Latina e Caribe**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2021/03/17/hacer-frente-a-la-crisis-educativa-en-america-latina-y-el-caribe> Acesso em: 18 de maio. 2024

BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educacional**. Lei 9394/96. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 de maio. 2024.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

_____. Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul: **Educação Infantil e Ensino fundamental**. Campo Grande - MS: SED, 2021. Disponível em <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Curr%C3%ADculo-MS-V26.pdf>. Acesso em: 18 de maio. 2024.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**; introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 18 de maio 2024.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)** 1999.

DAMIANI, Magda Floriana. Sobre pesquisas do tipo intervenção ± painel: as pesquisas do tipo intervenção e sua importância para a produção de teoria educacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 16, 2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: UNICAMP, 2012. p. 2882-2890. Disponível em: <http://endipe.pro.br/ebooks2012/2345b.pdf> . Acesso em: 18 de maio. 2024.

D’AMBROSIO, U. **Educação matemática**: da teoria à prática. Campinas: Papyrus, 1996.

FOUCAULT, Michel. Prefácio. Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. In: DELEUZE,

Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. Disponível em: <https://movimentopelabase.org.br/>. Acesso em: 10 maio. 2024.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Orientativo PRA-MS 2023**. Orientações Gerais. Campo Grande, MS, 2023.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Matriz de habilidades essenciais 2022**. Ensino Fundamental Anos Iniciais. Ensino Fundamental Anos Finais . Campo Grande, MS, 2022.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução/SED nº 4.026, de 2 de maio de 2022**. Dispõe sobre o Plano de Recomposição das Aprendizagens (PRA-MS) para ano letivo de 2022, e dá outras providências. Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO10819_03_05_2022. Acesso em: 18 de maio 2024.

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução/SED nº 4.113, de 13 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a organização curricular e o regime escolar das etapas do ensino fundamental e do ensino médio nas unidades escolares da Rede Estadual. Campo Grande, MS, 2022. Disponível em: https://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO11013_14_12_2022. Acesso em: 18 de maio 2024.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, Pelotas, v.6, n.2, p.33-52, jul./dez. 2006.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: 1998.

ZABALA, A. **Como trabalhar conteúdos procedimentais em aula**. Porto Alegre: Penso, 1999.